

Profissões e formação teórica em Comunicação

Venício A. de Lima *

O Parecer n. 480/83 do Conselho Federal de Educação que aprovou, em outubro de 1983, o novo Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social, nas considerações "Do Mérito" que antecedem e justificam as "Diretrizes Curriculares" afirma o seguinte:

Reexaminando a fase anterior de preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação (década de 70), considerou-se que ela permitiu lançar os fundamentos para a elaboração de uma teoria da Comunicação adequada à realidade brasileira e latino-americana, mas levou a um distanciamento indesejável na prática que, em certa medida, passou a ser considerada "atividade menor". Por outro lado, a preocupação sem a necessária fundamentação na prática, impediu e retardou o encontro pela Comunicação de seu objeto. Daí a Comunicação não ter encontrado ainda seu objeto específico, o que só será possível através da prática. Seria, portanto, uma crise de identidade. O caminho para a superação da presente situação estaria na reabilitação da prática, com uma diferença das etapas anteriores: agora não mais a prática intuitiva e cega, o aprendizado mimético, mas uma práxis, assim entendida a prática que remete ao questionamento teórico e vice-versa.

Se essas considerações realmente fundamentaram decisões sobre as "Diretrizes Curriculares" adotadas no novo Currículo — e não há razões para que se acredite o contrário — alguns dos problemas que hoje se manifestam nos Cursos, especialmente com relação à formação teórica, certamente têm aí sua origem. Vejamos:

1. os anos 70 marcam entre nós uma proliferação incontrolada dos cursos de graduação em comunicação que eram 23 em 1969 e chegam a mais de 60 ao final da década. Nas avaliações correntes desse período é frequente constatar-se que esses cursos não tinham condições (físicas e laboratoriais)

* Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB)

de funcionamento nem corpo docente qualificado. Como teria sido então possível que essa década permitisse — nesses cursos — o lançamento dos fundamentos para a elaboração de uma teoria da Comunicação adequada à realidade brasileira e latino-americana? E será que para ser adequada à realidade brasileira e latino-americana uma teoria — qualquer que seja — tem que ser elaborada geograficamente na América Latina? E se os fundamentos realmente foram lançados, qual é afinal essa teoria "adequada" da Comunicação?

2. O texto do Parecer do CFE afirma também que "a preocupação com a teoria" nos anos 70 (?) levou a um distanciamento indesejável da prática que passou a ser considerada "atividade menor" e assim "impediu e retardou" o encontro pela Comunicação o seu objeto (sic). Ora, será que o CFE ainda acreditava em 1983 que uma teoria da Comunicação poderia ser formulada dentro dos cursos de graduação e nas práticas curriculares de treinamento instrumental para as profissões de jornalista, publicitário, relações públicas, radialista, produtor editorial e cineasta?

3. Dentro dessa linha de análise o Parecer do CFE propôs um Currículo onde se fizesse uma "reabilitação da prática" — agora "práxis" — e esperava, então, que a Comunicação encontrasse seu "objeto específico e resolvesse, inclusive, a questão teórica.

Desejo argumentar que a análise "Do Mérito" oferecida pelo Parecer do CFE está equivocada e que, em consequência, o Currículo dela decorrente não resolveu — nem poderia resolver — a questão da formação teórica em Comunicação.

Em primeiro lugar, a vinculação entre elaboração teórica e cursos de graduação ignora um dado histórico concreto que é a existência de uma relação inversa entre a expansão institucional da área (sobretudo na década de 70) e o desenvolvimento teórico. A comunicação passou a ser entendida e definida em termos das profissões e do espaço institucional que ocupa nas universidades e escolas e não de forma teórico-conceitual.

Segundo, ignora-se também que os principais momentos de elaboração teórica da Comunicação no Brasil se dão — quase na sua totalidade — à margem dos cursos da área. Esses, em suas "preocupações teóricas" trabalharam com modelos descompromissados e referidos a outra realidade intelectual e histórica ou então (em sua maioria) permaneceram atrelados à formação profissional instrumental e acrítica.

Terceiro, a questão da teoria da Comunicação não é uma questão de currículo. Ao contrário ela é externa a ela e independente dele.

De forma não necessariamente direta, vamos elaborar um pouco mais esses pontos.

Os "campos de conhecimento" devem constituir-se a partir de necessidades concretas ditadas pela realidade que se pretende transformar. Dentro da complexa articulação entre pensamento e realidade histórica é que surgem as diferentes problemáticas que transformam a natureza das questões, as formas em que elas são propostas e as maneiras pelas quais elas podem ser adequadamente respondidas. As teorias verdadeiras resultam não somente do trabalho intelectual propriamente dito mas também da forma pela qual o processo e as transformações históricas reais são apropriadas pelo pensamento e fornecem ao pensamento suas orientações fundamentais, isto é, suas "condições de existência".

Partindo desse pressuposto fundamental é necessário, então, identificar historicamente a quais problemáticas a Comunicação esteve vinculada no Brasil.

A primeira, do ponto de vista cronológico, é certamente aquela que corresponde ao exercício profissional do jornalista. Isto é, uma problemática técnica e profissionalizante. Vinculada, inicialmente, a aptidões "literárias", a profissão de jornalista assume ao longo do tempo um caráter específico e é, então, formalmente incorporada aos cursos de Comunicação através do Currículo Mínimo do CFE de 1969. Historicamente, as principais críticas à ausência de "conteúdo intelectual próprio" na área — aliás, procedentes — são dirigidas ao jornalismo e, por extensão, aplicadas também à comunicação.

Paralelamente, uma outra problemática à qual se considera pertencer a comunicação é aquela que responde às necessidades de empresas que disputam segmentos de mercado para seus produtos/serviços e utilizam-se de mensagens persuasivas veiculadas através dos *media*. Esse é um "campo de conhecimento" multidisciplinar — não específico, portanto — que, nos países de economia capitalista do mercado, se identifica como *marketing*. No Brasil, até meados da década de 60, esse "espaço" era nomeado como "propaganda" e/ou "publicidade" sendo, posteriormente (1969), também assimilado a área de comunicação que é aqui definida como instrumento de mudança de comportamento. É dentro desse "campo de conhecimento" que são formados os profissionais de publicidade e relações públicas.

Na segunda metade da década de 60 a comunicação passou a ser também entendida dentro da problemática maior do desenvolvimento. Com o surgimento do difusionismo como vertente sociológica de um modelo não-conflitivo da sociedade — apoiado numa antropologia (tradicional vs. moderno) e numa psicologia (behaviorista) que atribuíam um papel determinante à "informação" como variável explicativa do desenvolvimento — a comunicação é redefinida como instrumento de mudança de comportamento agora no contexto da problemática da modernização. A comunicação é estudada nos cursos de pós-graduação em sociologia, extensão rural e em mestrados na área. O "campo de conhecimento" se define de maneira claramente multidisciplinar.

No início da década de 70 configura-se de maneira mais nítida a produção em "massa" de bens culturais no Brasil (via TV com transmissão direta para todo o país). Com o recrudescimento da repressão política, a censura aos *media* e a internacionalização da economia, a problemática da comunicação é identificada com o estudo da "indústria cultural" dentro do quadro de referência teórico frankfurtiano que é, todavia, despido de suas implicações filosóficas de crítica à razão instrumental e reduzido a sua expressão sociológica. O "campo do conhecimento" é aqui, outra vez, multidisciplinar mas, sobretudo, sociológico. E é principalmente nos mestrados de sociologia que se estuda a comunicação dentro dessa perspectiva.

Nesse mesmo período e respondendo à mesma problemática surgem os estudos da comunicação identificados ao desvelamento ideológico da mensagem dentro da proposta teórica do estruturalismo semiológico-linguístico de origem européia (França e Itália). A comunicação é estudada nos cursos de linguística, literatura e em mestrados da área. O desenvolvimento teórico

desse "campo de conhecimento" é reseponsável pela grande influência que possui hoje a definição da comunicação como linguagem e os estudos da "significação" da mensagem — chamados de "análise do discurso" — fundados em boa parte no modelo da "crítica literária".

Ainda na década de 70, dentro dos programas de mestrado da área, surgem os estudos sobre as "políticas nacionais de comunicação". Aqui a problemática é definida no âmbito de uma instituição internacional — a UNESCO — preocupada com a constatação, na área da comunicação, dos mesmos desequilíbrios já identificados pela ONU ao nível das relações econômicas norte-sul. Numa segunda fase esses estudos voltam-se para a formulação de "políticas democráticas" de comunicação e, mais recentemente, para o impacto das novas tecnologias de comunicação. Esse "campo de conhecimento", também multidisciplinar, identifica-se, grosso modo, com a tradição "marxista" de estudo da "economia política da comunicação" ou "abordagem institucional da comunicação".

É dentro desse espaço teórico que começam a surgir também, no final da década de 70, os estudos sobre "comunicação alternativa" e "comunicação popular" com ênfase na "resistência" que as culturas populares oferecem aos meios de comunicação hegemônicos. Apesar de presentes nos mestrados da área, é necessário registrar o papel fundamental que os movimentos sociais organizados, sobretudo aqueles ligados à chamada "Igreja Progressista", têm tido na geração de estudos que visam à educação crítica do "consumidor" da comunicação "massiva" e à criação de um sistema alternativo paralelo — "não massivo" — de comunicação.

A década de 80 assinala no Brasil a consolidação de uma estrutura empresarial de comunicação capaz de produzir "bens culturais" em grande escala para distribuição nacional e a crescente importância dos *media* como mediadores simbólicos e construtores da realidade pública — num país de analfabetos e recordista mundial dos principais índices de desigualdade econômica e social. Desta forma, a problemática da comunicação desloca-se para as relações entre os *media* e as diferentes instituições sociais, para as práticas simbólicas que — conformando-se ou resistindo — conferem sentido à realidade e expressam relações de poder numa sociedade contraditória e profundamente desigual. O "campo de conhecimento" que nasce dessa nova problemática, sobretudo nos mestrados de comunicação, antropologia e sociologia da cultura, tenta articular uma teoria da cultura (comunicação) fundada, sobretudo, nas formulações de Gramsci — tanto na esfera da política quanto da cultura — além de incorporar as principais conquistas teóricas e metodológicas das diferentes "tradições" de estudo da área.

Se nossa análise está correta, quais as conclusões que podemos tirar em relação ao novo Currículo, às profissões e à formação teórica em Comunicação?

Primeiro, parece claro que na dialética entre realidade e conhecimento, a comunicação tem se constituído em "campos de conhecimento" que respondem a uma realidade que é necessariamente histórica e dinâmica, isto é, problemáticas diferentes. Vale dizer, um "campo de conhecimento específico" é sempre transitório e, portanto, tentar aprisioná-lo dentro de "Currículos Mínimos" será sempre um exercício inútil, além de conservador. Está claro também que problemáticas "profissionais", "de mercado" ou definidas

"academicamente" raramente são passíveis de uma articulação em termos de "campo de conhecimento" comum ou específico.

Segundo, parece não haver dúvida de que a comunicação como "campo de conhecimento" responde hoje a uma problemática completamente diferente daquela em função da qual as profissões da área ocuparam o espaço "acadêmico" (cursos de graduação) no Brasil. Vivemos inequivocamente um momento de transição em que se torna cada vez mais evidente que não há relação entre currículos profissionais e estudo de comunicação. A consolidação dos cursos de pós-graduação da área — cada vez mais interdisciplinares e não-profissionais constitui, sem dúvida, um argumento definitivo. Redefinir, portanto, a comunicação nesses novos termos-tempos é uma questão de sobrevivência e, sobretudo, um desafio e uma exigência — intelectual e política — às quais não temos o direito de nos furtar.

Terceiro, redefinir a Comunicação só será possível quando — a partir das universidades federais — se conseguir o efetivo cumprimento do Artigo 207 da nova Constituição entendendo-se a "autonomia didático-científica" como a possibilidade de cada curso construir seu próprio currículo, livre da tutela homogeneizadora de um Currículo Mínimo "baixado" pelo CFE. Vale dizer, seremos capazes de superar o desafio e a exigência apontados acima quando cada curso puder definir e responder ao seu modo à problemática de seu tempo e de seu espaço.